

Discurso do conselheiro do TCMGO, Fabrício Macedo Motta, durante Sessão Extraordinária de Posse - Goiânia/GO

Senhoras e Senhores

Sentimentos e emoções diferentes me invadem no dia de hoje, e não há por que disfarça-los. Prevalece, entretanto, minha sincera alegria por estar cercado de minha família e de tantos que me ladeiam por simples afinidade, amizade e amor, independente de cargos, órgãos, instâncias e tribunais. Bem sabemos, que cargo algum confere dignidade ou importância a quem quer que seja – ao contrário, a pessoa que ocupa determinado cargo é quem pode revesti-lo com sua dignidade, simplicidade e vontade de bem servir o público. A doce melancolia de constatar a passagem rápida e inclemente do tempo também me acompanha neste momento.

Em 11 de abril do já distante ano 2000, tomávamos posse como Procuradores eu e José Carlos Nery Júnior, hoje presidente da AGMP. Completariamos o quadro com José Gustavo Athayde, nosso decano, tendo sido todos juntos aprovados no primeiro concurso realizado pelo TCM/GO (Vasco, Mauricio, Francisco e Irany foram aprovados como conselheiros substitutos). Naquele mesmo ano viria a Lei de Responsabilidade Fiscal, que se propunha a revolucionar o controle das finanças públicas.

Mesmo sendo egresso do Tribunal de Contas da União, onde ocupava cargo de nível médio, não fazia muito ideia do trabalho desenvolvido pelo chamado Ministério Público Especial. Ressoava em minha mente, entretanto, as duras palavras de um ex-Procurador Geral da República, amigo de minha mãe, que se referia ao MPC como “filiação espúria” do Ministério Público. O tempo iria me mostrar que o Ministério Público de Contas seria instituição em permanente construção, uma carreira posta constantemente à prova, inserida na confluência entre dois grandes rios que corriam para lados distintos: Tribunal de Contas, de um lado, e Ministério Público comum, de outro.

A missão do Ministério Público de Contas – MPC é complexa e, muitas vezes, desempenhada em terrenos arenosos. A atribuição de velar pelo interesse público com algumas prerrogativas funcionais, mas sem garantias e autonomia institucionais, é o paradoxo de nossa carreira: dificulta nosso passo, mas nos impele a andar firmes para a frente. A cada dia temos novas provações, pessoais e institucionais, como sabe o valente colega Fernando Carneiro. Lutamos para garantir o que está escrito na Constituição e pela efetividade do controle externo. Reitero meu compromisso de defender a Constituição, inclusive seu artigo 130, que trata do Ministério Público de Contas. Reitero meu sentimento de que cabe aos Tribunais de Contas reconhecer todas as dimensões da independência funcional. No TCM, não tenho modéstia de afirmar que construímos uma instituição que, mesmo pequena, é respeitada interna e externamente, tendo como

marca principal a construção de pontes, e não de fendas, para superar nossos inúmeros desafios.

Essa é uma das razões pelas quais me alegro sinceramente pela realização desta cerimônia na sede do Ministério Público. Aqui sempre encontramos as portas abertas – mais, escancaradas – para parcerias institucionais na defesa do erário e dos interesses públicos. Nossa relação intensa de planejamento conjunto, parcerias na coordenação e na execução de projetos e ações tem sido constante e efetiva, sendo exemplo em todo o país. Tivemos com todos os Procuradores e Procuradoras Gerais de Justiça (Ivana, Laura, Saulo, Eduardo, Benedito, Lauro e Aylton) relações de mútuo respeito, resultando em sinergia – palavra do dr Aylton – essencial para a defesa da sociedade e do interesse público. Nossa relação de contínua aproximação com os centros de apoio, em especial com o especializado na defesa do patrimônio público, rende frutos preciosos para a fiscalização em benefício da sociedade. Essas as razões iniciais de minha satisfação por estar nesse ambiente - sempre somos recebidos como colegas, sem qualquer ciúme institucional. Meu agradecimento aos colegas.

A segunda razão de minha alegria, claro, é minha ligação umbilical com a instituição. Nasci filho de Promotora de Justiça, quando o MP era um apêndice do Executivo; cresci vendo a luta pela valorização da carreira que até hoje motiva minha mãe, Terezinha, uma das mulheres pioneiras da instituição em Goiás, além de outras tantas igualmente valorosas como as queridas tias Nilma e Mirtes (ainda as chamo assim). Meu pai, por sua vez, que se tornou Promotor depois de já experiente professor, sempre me mostrava o belo painel de DJ Oliveira na sede da AGMP (que me assustava quando pequeno) enfatizando que “Promotor não só aponta o dedo para o criminoso”, mas deve inclusive pedir a absolvição dos inocentes”.

Meu já longo tempo no sistema de controle externo da Administração me impõe dois constantes desafios: buscar relevância e efetividade. Tribunais de Contas devem consolidar sua relevância no controle das finanças públicas, comprovando que são órgãos que auxiliam o parlamento, mas servem à sociedade. Na visão contemporânea do orçamento como instrumento viabilizador de políticas públicas, devemos buscar a primazia no debate técnico voltado a tornar realidade as promessas trazidas pela Constituição Federal.

O controle das contas públicas não pode utilizar os métodos burocráticos do século passado para controlar as demandas do presente: controle meramente contábil, check list de requisitos e avaliação de meros números não mais atendem às necessidades de uma sociedade carente de serviços públicos de qualidade.

O enfoque prioritário não deve se restringir ao julgamento da regularidade de determinadas condutas, com objetivo de sancionar o agente que não as cumpriu. Precisamos de mais, devemos buscar a identificação de fatores que estão a prejudicar o desempenho da administração, com o intuito de formular propostas de aperfeiçoamento. Valorizar o acerto, não só punir o erro; valorizar o resultado, ao invés do meio.

Nos municípios, temos desafios adicionais. Ninguém mora na União ou nos Estados, mas sim nos municípios – é nas cidades que as pessoas vivem, têm suas alegrias e tristezas, suas agonias e problemas, muitos quais devem ser resolvidos pelo poder público. A diversidade dos nossos municípios e a falta de estrutura administrativa da maioria implica em grande dificuldade no planejamento e execução de políticas

públicas. Arrisco-me a dizer que a maioria dos municípios goianos não possui políticas públicas, mas sim variadas ações, muitas vezes descoordenadas e por vezes até conflitantes. Penso que o Estado, nesse particular, tem importante papel agregador e articulador.

Nesse cenário, temos o desafio de contribuir para a identificação das falhas e também para apontar algumas soluções, respeitando as decisões públicas tomadas nos espaços legítimos desenhados pelo ordenamento jurídico.

A atividade jurídica de controle não possui qualquer supremacia com relação às demais. Ao contrário, o controle deve necessariamente considerar – e dialogar com – o ponto de vista do gestor público. As alterações recentes na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro trouxeram reforço no ônus argumentativo do exercício de ambas as funções para que se discuta a partir de um mesmo ponto de partida, inserido em um mesmo cenário. O MODELO constitucional de controle IMPÕE o diálogo, a busca pela consensualidade, justamente por entender que uma série de atores interferem no processo. Mais do que isso, o modelo exige deferência para com a escolha administrativa, reconhecendo como valor constitucional as legítimas atuações da Administração, que devem ser consideradas com atenção e respeito, antes de proceder-se à sua rejeição. Não se trata de respeito como dever moral, mas sim dever jurídico.

A falta de credibilidade da Administração Pública, em sentido amplo, em razão de nossa crônica história de ineficiência e corrupção, acaba por estimular um controle autocentrado, pautado na defesa de relevantes fins por quaisquer meios. O cenário de degeneração institucionalizada não deve instigar à descrença e desvalorização das atividades políticas e administrativas, pois são necessárias à construção do bem comum e sua supressão implicaria retrocesso na luta pela plena efetividade dos princípios do Estado Democrático de Direito.

Controle é negativa de liberdade. Como tal, é rigidamente limitado pelo nosso ordenamento, pois implica no desempenho de deveres. Em um Estado de Direito os cidadãos não podem sentir-se intimidados ao exercer seus direitos e deveres, e por isso afirmamos que todo controle, assim como todo o poder, necessita de limite. O controle, sozinho, pouco pode fazer, ainda mais se for autocentrado, isolado em suas próprias convicções. Precisamos sedimentar uma “cultura do encontro”, nas palavras do Papa Francisco, para que todos os atores do controle a sociedade dialoguem e ajudem na construção da sociedade que queremos. MPC Cons Subs

Nossos desafios são imensos. Nossa Administração Pública continua patrimonialista. Existem privilégios para amigos e parentes, por intermédio de cargos, contratos e favores, como se não fôssemos uma República de iguais. Não temos tradição de cumprir o dever de planejamento de políticas públicas, examinando alternativas e consequências para ações, pensando nos reflexos orçamentários e financeiros, sem prejuízo da verificação de economicidade ao longo da execução dos programas. Tais condutas já são exigidas dos gestores públicos; cabe aos órgãos de controle cobrar a plena obediência às normas constitucionais e legais que impõem deveres relativos às diversas dimensões do planejamento da gestão pública.

O orçamento público, por natureza, é um complexo processo de identificação e escolha de prioridades. A realidade da finitude de recursos públicos e da escolha de prioridades impõe a necessidade de diálogo entre os poderes da República e também

entre estes e a sociedade. As escolhas devem ser feitas e há um preço a ser pago para cada uma delas, notadamente diante de necessidades sociais crescentes e recursos limitados. Entretanto, existem escolhas que já foram feitas e devem ser respeitadas e defendidas por todos, como no que se refere à aplicação mínima de recursos em educação e saúde.

A educação, em especial, merece nosso compromisso. Minha geração já não é mais de jovens, mas só no compromisso com a educação podemos dar às próximas gerações a esperança de um futuro que não tivemos. Tenho compromisso pleno com a educação não só como professor de universidade pública, mas como membro do sistema de controle – porque o direito à educação está escrito na Constituição, e somente com ele teremos liberdade de pensamento e capacitação para construir nossos próprios caminhos. Reforço meu comprometimento com a busca da máxima efetividade dos direitos a educação, como tem feito a ATRICON, inclusive no que diz respeito ao financiamento e ao alcance das metas do PNE.

Além de tudo o que foi dito, impende reforçar a importância da luta contra a corrupção, o que não implica ser favorável a abusos de autoridade. Respeito e diálogos institucionais, nos limites das competências e dos fins constitucionais, são necessários para que possamos realmente combater a corrupção e promover o bem de todos.

Senhoras e senhores, passo a integrar um órgão de controle externo que evolui a cada dia na realização de sua missão institucional, mesmo diante das inúmeras dificuldades. Sou testemunha dos avanços já feitos e daqueles ainda em plena realização no que diz respeito à fiscalização do TCM. Estamos plenamente inseridos no mapa nacional das instituições relevantes do controle externo, sobretudo em razão da gestão exitosa capitaneada pelo Presidente Joaquim, incansável e plenamente ciente da importância de estarmos atualizados, atuantes e abertos. Sou grato ao TCM – minhas realizações acadêmicas, pessoais e profissionais possuem forte vínculo com o Tribunal, razão pela qual renovo meu compromisso de contribuir para seu fortalecimento. Serei mais um, caro Presidente, a apoiá-lo em seu entusiasmo!

Deixo para o final a parte mais importante deste pronunciamento, para que fiquem gravadas na memória minha gratidão aos que me acompanharam até aqui.

Aos meus colegas do Ministério Público de Contas, minha sincera gratidão pela confiança de todos e apoio unânime à minha indicação. José Gustavo, um irmão que a vida me deu, é exemplo de homem público e dedicação à família; Régis Leite, Procurador-Geral, nos inspira com seu conhecimento e entrega total à instituição e Henrique Pandim, o mais novo colega, nos trouxe renovado ânimo, juventude e compromisso. Permanecemos com a mesma amizade, na mesma luta, apenas em trincheiras diferentes! Aos nossos assessores, que constituíram – constituem – uma família fraterna, meu reconhecimento e gratidão pela colaboração e amizade de sempre.

Aos meus pais, Paulo e Terezinha, minha gratidão pelo apoio que sempre tive e pelo amor que sempre terei! À Jordana, minha esposa, companheira nos sonhos e na realidade, agradeço por ser minha melhor companhia. Obrigada por vibrar com minhas vitórias, por suportar minhas ausências e por acreditar em mim mais que eu mesmo, sem tirar o belo sorriso do rosto! À família de minha esposa, que se tornou minha segunda família, minha gratidão. Peço permissão para interromper a formalidade deste

momento para uma breve mensagem aos dois melhores pedaços de mim, Henrique e Gustavo:

Meus queridos filhos,

Vocês já sabem que todo esse pessoal está aqui em razão de uma mudança no trabalho do papai. É importante que vocês saibam um pouco mais o que é esse trabalho, o que o papai faz.

Existem coisas que são nossas, e coisas que são de todo mundo. O jardim da nossa casa é nosso; o jardim das praças é de todo mundo. O nosso carro é nosso, mas anda nas ruas que são de todos, assim como são de todos os parques, as praias e alguns hospitais e escolas. Para construir e cuidar dessas coisas que são de todos, cada adulto que trabalha dá um pouco do seu dinheiro. Juntando um pouquinho do dinheiro de todo mundo temos um montão de dinheiro, que só pode ser usado para as coisas que são de todos. O papai, e muitos dos amigos que estão aqui, cuida do uso desse dinheiro que é de todos. Nós olhamos se esse dinheiro realmente vai ser usado para construir ruas, pontes, praças e parques para todos; nós não podemos deixar que esse dinheiro seja usado para construir casa, comprar carros ou presentes só para alguns. Então a nossa missão é fazer com que o dinheiro de todos seja usado para o bem de todos. Nós não somos super heróis, a nossa arma é só uma caneta. Mas se essa caneta for bem utilizada, ela pode melhorar muito a vida das pessoas. A luta do papai e de muitos é para que todas as crianças tenham uma boa escola, como vocês têm; bons médicos, como vocês têm, possam brincar, como vocês brincam. Por que nós somos todos iguais, vocês sabem, e o dinheiro de todos é para isso. Eu não sei se darei conta de fazer tudo isso, mas prometo fazer o meu melhor, para que vocês e todas as crianças vivam em um mundo melhor! Não se assustem com esse tanto de gente e com o lugar – o papai vai continuar a levar vocês para a escola, brincar e coloca-los para dormir, pois o trabalho existe para a família e para poder ajudar as outras pessoas!

Voltando à formalidade, reservo o último agradecimento a todos aqueles que construíram, lutaram e lutam pelo controle da administração municipal e pelo TCM. Meu reconhecimento a todos os conselheiros e ex-conselheiros, conselheiros substitutos, auditores e funcionários, da Portaria à Presidência, que se renovam na esperança de um controle efetivo. Obrigado pela confiança e expectativa que depositam em mim, pela colaboração e pelo sorriso de cada dia. Minha reverência especial à Conselheira Maria Teresa, à quem tenho a honra de suceder, exemplo de dedicação, integridade e busca pela verdadeira justiça. Maria Teresa honrou o TCM entregando sua inteligência, seu compromisso e sua força à causa pública. Uma guerreira, forte como poucos, que nunca desviou o rumo de seu barco, mesmo sob tempestade, sempre com fé e com uma palavra adequada para os momentos difíceis. A todos, minha reverência e agradecimento. Passo agora a trilhar o meu novo caminho, com fé e coragem, reafirmando todos os valores que professei em minha vida pública até agora.

Cito o mesmo poema de Tiago de Mello que citei na minha posse, em 11 de abril de 2000.

Pois aqui está a minha vida.

Pronta para ser usada.

Vida que não guarda

nem se esquiva, assustada.
Vida sempre a serviço
da vida.
Para servir ao que vale
a pena e o preço do amor
Ainda que o gesto me doa,
não encolho a mão: avanço
levando um ramo de sol.
Mesmo enrolada de pó,
dentro da noite mais fria,
a vida que vai comigo
é fogo:
está sempre acesa.

Por isso é que agora vou assim
no meu caminho. Publicamente andando
Não, não tenho caminho novo.
O que tenho de novo
é o jeito de caminhar.
Aprendi
(o que o caminho me ensinou)
a caminhar cantando
como convém
a mim
e aos vão comigo.
Pois já não vou mais sozinho.